



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

> Conselho Geral

> Parecer do CG, proc. Nº. 22/PP/2012-G, de 31 de Julho de 2012

PARECER

Objecto do Parecer

Vem o Ilustre Colega, Sr. Dr. ..., solicitar que a Ordem dos Advogados defina a interpretação correcta do n.º 2 do art. 100.º do Estatuto da Ordem dos Advogados (EOA), ou seja, se “é sempre legalmente possível a emissão de um laudo ou, havendo convenção prévia reduzida a escrito, tal é vedado, valendo ela sempre e sem qualquer excepção, desde que não haja *quota litis* e, bem assim, nela se não contenha qualquer vício”.

PARECER

Do disposto nos n.ºs 1 (parte final) e 2 do art. 100.º e do n.º 3 do art. 101.º, ambos do E.O.A., parece decorrer que o advogado e o cliente podem, efectiva e previamente, reduzir a escrito o acordo quanto aos honorários, ainda que essa fixação (prévia) diga respeito a uma “*percentagem, em função do valor do assunto confiado ao advogado ou pelo qual, além de honorários calculados em função de outros critérios, se acorde numa majoração em função do resultado obtido*” (Cfr. cit. n.º 3 do art. 101.º do E.O.A.).

Por sua vez, “compete às secções do Conselho Superior... dar laudos sobre honorários, quando solicitado pelos tribunais, pelos outros Conselhos ou, em relação às respectivas contas, por qualquer advogado ou seu representante ou qualquer consulente ou constituinte (Cfr. art. 43.º, n.º 3, al. e) do E.O.A.);



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Ora, na base dum pedido de Laudo estarão sempre dúvidas ou incertezas quanto ao valor e justeza dos honorários em causa, solicitados ou em litígio, entre o advogado e o cliente, quanto ao montante devido.

Com efeito, se não existe esse litígio e/ou se o devedor dos honorários, quando interpelado para o seu pagamento, os aceita e se dispõe a proceder à sua liquidação, faltarão o pressuposto, a razão de ser, da emissão de um “Laudo sobre honorários” (Cfr. al. e) do n.º 3 do art. 43.º do EOA);

É certo que o mencionado art. 100.º do E.O.A., no seu n.º 1 diz que “os honorários do advogado devem corresponder a uma compensação económica adequada pelos serviços efectivamente prestados, que se deve ser saldada em dinheiro e que pode assumir a forma de retribuição fixa” e, no n.º 3, que “na fixação dos honorários deve o advogado atender à importância dos serviços prestados, à dificuldade e urgência do assunto, ao grau de criatividade intelectual da sua prestação, ao resultado obtido, ao tempo despendido, às responsabilidades por ele assumidas e aos demais usos profissionais ...”.

Porém, e à partida, se um advogado e um cliente ajustam previamente o montante dos honorários, finda a prestação de serviços por aquele, surge a obrigação do cliente de pagar a “retribuição fixa”, acordada previamente para o efeito.

De notar que só quando não houver “convenção prévia reduzida a escrito” (Cfr. n.º 2 do cit. art. 100.º do EOA) é que o “advogado apresenta ao cliente a respectiva conta de honorários com discriminação dos serviços prestados”, ou seja, se houver acordo prévio quanto a honorários (“serviços prestados”), o advogado não apresenta ao cliente “a respectiva conta de honorários com discriminação dos serviços prestados”, mas, ertamente, interpelá-lo-á para o pagamento do montante a que aquele se obrigou, quanto aos honorários e dos valores das despesas feitas.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

É evidente que poderá sempre haver litígio entre o advogado e o cliente quanto ao montante destas despesas, efectuadas com aquela prestação de serviços, quer haja ou não aquele acordo prévio, relativamente ao montante dos honorários.

Contudo, e como é sabido, sobre o montante daqueles o Laudo não se pronuncia e as mesmas serão devidas em face da apresentação dos respectivos justificativos.

Com o exposto, não se está a dizer que, eventualmente, em face de um “prévio acordo” entre o advogado e o cliente relativamente à fixação da retribuição ou ao montante devidos pela prestação de serviços por aquele a este, não possa tal “acordo” ser objecto de litígio, pois, sendo o mesmo um contrato, poderá vir a ser arguida a sua nulidade ou anulabilidade, nos termos legais aplicáveis (Cfr. v.g. arts. 285.º e segs. do Código Civil) e desde que, quanto a esta, dentro do prazo previsto no art. 287.º do cit. Diploma Legal.

Mas, ainda aqui, não estaria em causa o “acordo” entre as partes, na fixação do valor dos honorários, mas antes, repete-se, a (posterior) impugnação, pelo devedor, da validade daquele acordo negocial.

M suma, só a inexistência de fixação prévia dos honorários e/ou a sua não aceitação pelo cliente, aquando da recepção da “conta de honorários”, atrás referida, quando não houve aquele “acordo prévio”, justificarão o pedido de Laudo à Ordem dos Advogados (Conselho Superior), para dirimir aquela não aceitação.

CONCLUSÕES

- I. Do disposto nos n.ºs 1 (parte final) e 2 do art. 100.º e do n.º 3 do art. 101.º, ambos do E.O.A., decorre que o advogado e o cliente podem, efectiva e previamente, reduzir a escrito o acordo quanto aos honorários, ainda que essa



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

fixação (prévia) diga respeito a uma *“percentagem, em função do valor do assunto confiado ao advogado ou pelo qual, além de honorários calculados em função de outros critérios, se acorde numa majoração em função do resultado obtido”* (Cfr. cit. n.º 3 do art. 101.º do E.O.A);

- II. Subjacentes ao pedido de Laudo estarão sempre dúvidas ou incertezas quanto ao valor e justeza dos honorários concretos em causa, solicitados pelo advogado ou em litígio, entre este e o cliente, quanto ao montante devido;
- III. Se inexistente esse litígio e/ou se o devedor dos honorários, quando interpelado para o seu pagamento, os aceita, faltarão o pressuposto para a emissão de um “Laudo sobre honorários”;
- IV. Só quando não houver “convenção prévia reduzida a escrito” (Cfr. n.º 2 do cit. art. 100.º do EOA) é que o *“advogado apresenta ao cliente a respectiva conta de honorários com discriminação dos serviços prestados”*, pois, se a houver, ocorrerá, sim, a mera interpelação para o seu pagamento;
- V. Tal acordo prévio poderá, não obstante, vir a ser objecto de litígio, por se tratar de um contrato e ser arguida a sua nulidade ou anulabilidade, nos termos legais aplicáveis (Cfr. v.g. arts. 285.º e segs. do Código Civil) e desde que, quanto a esta, dentro do prazo previsto no art. 287.º do cit. Diploma Legal;
- VI. Em suma, só em caso de ausência de “acordo prévio” entre o advogado e o cliente quanto ao montante dos honorários e/ou a sua não aceitação, aquando da recepção da “Conta de Honorários”, se justifica o pedido de Laudo ao Conselho Superior da Ordem dos Advogados.

É este, s.m.o., o n/ parecer, a submeter à deliberação na próxima reunião do Conselho Geral.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Viseu, 10 de Julho de 2012.

O Relator: A. Pires de Almeida